

## CONCURSO PÚBLICO N.º 822/2023

Programa do Concurso

AQUISIÇÃO DE QUATRO POTENCIOSTATOS PARA A FCT NOVA

## ÍNDICE

### SECÇÃO I | DISPOSIÇÕES GERAIS

#### ARTIGO 1.º

*Identificação do Concurso*

#### ARTIGO 2.º

*Entidade Adjudicante*

#### ARTIGO 3.º

*Órgão que tomou a decisão de contratar*

#### ARTIGO 4.º

*Órgão competente para prestar os esclarecimentos*

#### ARTIGO 5.º

*Júri do Concurso*

#### ARTIGO 6.º

*Concorrentes*

### SECÇÃO II | PEÇAS DO CONCURSO

#### ARTIGO 7.º

*Consulta do processo de concurso e condições de participação*

#### ARTIGO 8.º

*Esclarecimentos relativos às peças concursais*

### SECÇÃO III | PROPOSTA

#### ARTIGO 9.º

*Modo e prazo para apresentação das propostas*

#### ARTIGO 10.º

*Documentos que constituem a proposta*

#### ARTIGO 11.º

*Documentos*

#### ARTIGO 12.º

*Apresentação de propostas variantes*

#### ARTIGO 13.º

*Idioma dos documentos das propostas*

#### ARTIGO 14.º

*Prazo da obrigação de manutenção das propostas*

#### ARTIGO 15.º

*Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas*

#### ARTIGO 16.º

*Critério de adjudicação*

ARTIGO 17.º

ARTIGO 18.º

*Critério de desempate*

**SECÇÃO IV | ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

ARTIGO 19.º

*Análise das propostas*

ARTIGO 20.º

*Relatório Preliminar*

ARTIGO 21.º

*Audiência Prévia*

ARTIGO 22.º

*Relatório Final*

**SECÇÃO V | ADJUDICAÇÃO**

ARTIGO 23.º

*Dever de adjudicação*

ARTIGO 24.º

*Adjudicação em caso de agrupamento*

ARTIGO 25.º

*Notificação da decisão de adjudicação*

**SECÇÃO VI | HABILITAÇÃO E CAUÇÃO**

ARTIGO 26.º

*Documentos de habilitação*

ARTIGO 27.º

*Caução*

**SECÇÃO VII | CONTRATO**

ARTIGO 28.º

*Aceitação da minuta do contrato*

ARTIGO 29.º

*Reclamações contra a minuta do contrato*

ARTIGO 30.º

*Celebração de Contrato escrito*

**SECÇÃO VIII | DISPOSIÇÕES FINAIS**

ARTIGO 31.º

*Contagem dos prazos*

ARTIGO 32.º

*Falsidade dos documentos e de declarações*

ARTIGO 33.º

*Prevalência*

ARTIGO 34.º

*Despesas e encargos*

ARTIGO 35.º

*Legislação aplicável*

ARTIGO 36.º

*Foro competente*

## SECÇÃO I | DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1.º

#### Identificação do Concurso

1. O objeto do contrato a celebrar na sequência do presente Concurso consiste na aquisição de um potenciostato para a Faculdade de Ciências e Tecnologia | Nova School of Sciences & Technology da Universidade Nova de Lisboa, adiante designada por **FCT NOVA**.
2. O equipamento a fornecer terá obrigatoriamente de estar de acordo com as especificações técnicas definidas na parte II do Caderno de Encargos e respetivos anexos.
3. A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Regulamento (CE) n.º213/2008), com o Código (CPV): 38341300-0 (Instrumentos para medição de grandezas eléctricas).
4. O presente procedimento por «concurso público» é adotado nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 130.º e seguintes, todos do Código de Contratos Públicos (CCP).
5. O presente procedimento é realizado ao abrigo do Contrato-Programa de Financiamento no âmbito do projeto “NGS - New Generation Storage”, com a ref.ª C644936001-00000045, aprovado e financiado pelo **Plano de Recuperação e Resiliência** (cf. Aviso N-º-02/C05-i01/2022).

### Artigo 2.º

#### Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia, pessoa coletiva n.º 501559094, sita no *Campus* de Caparica – Quinta da Torre; 2829-516 Caparica, Portugal, com o telefone n.º 21 294 8346 e endereço de correio eletrónico gab.ad.c@fct.unl.pt.

### Artigo 3.º

#### Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada em 10/07/2023, pela Administradora Executiva da FCT NOVA, no uso das suas competências delegadas conforme Despacho n.º 11256/2022, de 9 de setembro de 2022 e publicado no Diário da República nº 181, Série II, de 19 de setembro de 2022.

#### **Artigo 4.º**

##### **Órgão competente para prestar os esclarecimentos**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso serão prestados, nos termos do artigo 50.º do CCP, pelo Júri do concurso.

#### **Artigo 5.º**

##### **Júri do Concurso**

O Concurso é conduzido por um Júri, designado pelo Diretor, a quem competirá, nomeadamente:

- a) Prestar esclarecimentos à boa compreensão e interpretação das peças do concurso;
- b) Pronunciar-se sobre as listas de erros e omissões apresentadas;
- c) Proceder à apreciação de propostas;
- d) Elaborar os relatórios de análise das propostas;
- e) Proceder à audiência prévia dos concorrentes.

#### **Artigo 6.º**

##### **Concorrentes**

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

### **SECÇÃO II | PEÇAS DO CONCURSO**

#### **Artigo 7.º**

##### **Consulta do processo de concurso e condições de participação**

As peças do Concurso (programa do concurso, caderno de encargos e demais documentos) encontram-se patentes na plataforma eletrónica ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), adiante designada por plataforma, a partir do dia da publicação do anúncio no Diário da República.

#### **Artigo 8.º**

##### **Esclarecimentos relativos às peças concursais**

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente programa do concurso, caderno de encargos e respetivos anexos devem ser submetidos através de plataforma eletrónica [acingov](http://acingov) no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do Concurso são prestados pelo Júri através de supra referida plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.
3. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do Concurso, bem como prestar esclarecimentos, nos prazos supramencionados, ou até ao final do prazo de entrega de propostas.

### **SECÇÃO III | PROPOSTA**

#### **Artigo 9.º**

##### **Modo e prazo para apresentação das propostas**

1. As propostas, bem como os documentos que a acompanham, devem ser apresentadas, diretamente na plataforma eletrónica com o endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até às 23h59m do 30.º (trigésimo) dia a contar da data de envio para publicação do anúncio do presente concurso no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.
3. Todos os documentos introduzidos na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor, art.º 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

#### **Artigo 10.º**

##### **Documentos que constituem a proposta**

1. A proposta a apresentar deverá, observando o disposto no artigo 57.º do CCP, ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente programa [*cfr.* Anexo I do CCP], a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
  - b) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) que poderá ser preenchido através do seguinte endereço <https://www.base.gov.pt/deucp/welcome/>;

c) Certidão permanente da empresa, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

d) Identificação de quem tem poderes para representar a Empresa/Instituição (nome completo, número de identificação civil e respetiva data de validade);

e) Documento que contenha o preço total proposto com indicação expressa da não inclusão do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar. O preço da proposta deverá ser indicado em algarismos e por extenso e mencionar expressamente que aos preços apresentados acresce IVA, se for o caso, conforme modelo constante no **Anexo III**.

A proposta deverá incluir todos os valores afetos ao fornecimento de bens, pelo que não serão aceites quaisquer encargos extra não contemplados na proposta;

f) Declaração do concorrente de cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), conforme modelo constante no **Anexo IV**:

g) Documento (assinado pelo concorrente ou seus representantes) que contenha, o seguinte:

- i) Condições gerais e particulares da proposta;
- ii) Especificações Técnicas do equipamento a fornecer;
- iii) Condições de pagamento nos termos do caderno de encargos;
- iv) Prazo de entrega, montagem e instalação necessária;

h) O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respetivos atributos.

2. A proposta deverá incluir todos os valores afetos ao fornecimento, pelo que não serão aceites quaisquer encargos extra não contemplados na proposta.

3. Toda a proposta deve ser assinada digitalmente pelo concorrente ou seus representantes.

4. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser, sob pena de exclusão:

- a) Assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum mandatado para praticar todos os atos no âmbito do procedimento;
- b) Acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do procedimento;
- c) Acompanhada de documento que indique os preços parciais dos trabalhos de cada um dos seus membros, nos termos do disposto no artigo 60.º, n.º 5 do CCP.



5. Serão excluídas ainda, as propostas cuja a análise revele:

- a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do CCP;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- e) Um preço ou custo anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo 71º do CCP;
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis,
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

#### **Artigo 11.º**

##### **Documentos**

1. Todos os documentos enviados, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. Os certificados mencionados no número 1 do presente artigo, são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter juntamente com a proposta um documento (certidão permanente online, cópia de procuração ou outro), no qual conste o poder de representação do assinante.

#### **Artigo 12.º**

##### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas que sejam variantes nos termos do artigo 59.º do CCP

### **Artigo 13.º**

#### **Idioma dos documentos das propostas**

Com exceção da Declaração referida na alínea a) do número 1 do artigo 10.º do presente programa do concurso, admite-se que os restantes documentos que constituem a proposta possam ser redigidos em língua portuguesa ou inglesa.

### **Artigo 14.º**

#### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias da contados da data do termo do prazo fixado para apresentação de propostas.

### **Artigo 15.º**

#### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

O Júri, no dia útil, imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica acingov, aplicando o disposto no artigo 138.º do CCP.

### **Artigo 16.º**

#### **Critério de adjudicação**

1. De acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 74º do CCP, o critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade multifator.
2. Nos termos do disposto no artigo 139º do CCP, as propostas serão avaliadas de acordo com o modelo de avaliação definido no artigo seguinte.

### **Artigo 17.º**

#### **Modelo de Avaliação**

Nos termos do disposto no artigo 139º do CCP, as propostas apresentadas serão avaliadas de acordo com o seguinte modelo de avaliação, sendo a adjudicação efetuada à proposta que obtenha maior pontuação, resultante da aplicação da fórmula abaixo:

- a) Preço (€) ----- Cotação 30%
- b) Especificações Técnicas----- Cotação 60%
- c) Assistência Técnica ----- Cotação 10%

Para efeitos do cálculo da pontuação final da proposta (PF), a mesma será obtida pela aplicação da seguinte fórmula matemática, a saber:

$$PF = 0.30 (P) + 0.60 (ET) + 0.10 (AT)$$

**Sendo que:**

**PF** = Pontuação final da proposta;

**P** -Ponderação do Preço;

**ET** – Especificações Técnicas

**AT** – Assistência Técnica.

a) **Preço (€)** - Para apreciação deste fator, a pontuação de cada proposta será calculada numa escala de (0) zero a 100 (cem) pontos, sendo atribuída a pontuação de 0 (zero) pontos à proposta correspondente ao preço base estabelecido, e as restantes propostas serão pontuadas com a normalização do preço respetivo apresentado face àquele preço, de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$P = \frac{(PB - PP)}{PB} \times 100$$

**Sendo que:**

**P** -Ponderação do Preço;

**PB** – Preço Base;

**PP** – Preço da Proposta.

b) **Especificações Técnicas:** Para apreciação deste fator, a pontuação de cada proposta será calculada numa escala de (0) zero a 100 (cem) pontos, sendo atribuída a pontuação de 0 (zero) pontos à proposta que não apresente quaisquer das especificações abaixo indicadas e 100 (cem) pontos, à proposta que apresentar todas as especificações indicadas.

ET – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (Ponderação 60%)	Condições da Proposta	Pontuação
	Várias gamas de correntes disponíveis (pelo menos 5)	10
	Velocidade de aquisição abaixo de 1 ms	5
	Medidas EIS em cada canal com a gama de frequências inferior: 10 $\mu$ Hz; gama de frequências superior: acima de 5 MHz;	25
	Um módulo plug n' play que permita com o mesmo equipamento a realização de medidas células/módulos de baterias com maior amperagem. O módulo (amplificador de corrente) deve permitir a sua ligação em paralelo com os canais pré-existent no potenciômetro, sendo a gama de corrente $> \pm 3$ A.	15
	Dois módulos plug n' play para baixa corrente: deve medir pelo menos 10 pA, capaz de efetuar medidas de EIS com a gama de frequências inferior: 10 $\mu$ Hz; gama de frequências superior: acima de 1 MHz;	15
	Quatro conjuntos de pinças (monocanal) para medidas de células de baterias tipo pouch. Este acessório deve permitir medidas com corrente máxima de pelo menos 20 A.	15
	Três acessórios para medidas de oito pouch cells em simultâneo. Este acessório deve permitir medidas com correntes de pelo menos 30 A. Adicionalmente deverá ser compatível e interoperável com equipamentos de caracterização de baterias (battery cyclers)	15

c) **Assistência Técnica:** Para apreciação deste fator, a pontuação de cada proposta será calculada numa escala de (0) zero a 100 (cem) pontos, sendo atribuída a pontuação de 0 (zero) pontos à proposta que apresente assistência técnica conforme exigido no caderno de encargos pelo período de um ano e 100 (cem) pontos, à proposta que garanta a assistência técnica conforme definido no seguinte quadro:

AT – Assistências Técnica (Ponderação 10%)	Condições da Proposta	Pontuação
	Assistência técnica por profissionais especializados (remota ou presencial) em menos de 5 dias uteis.	50
	Garantia de duração igual ou superior a dois anos, sendo o respetivo serviço técnico executado por técnicos no local com formação e qualificados pela marca.	50

## **Artigo 18.º**

### **Critério de desempate**

1. No caso da avaliação das propostas terminar empatada, estão definidos os seguintes critérios de desempate, sendo adjudicada a proposta em que se verifique o critério mencionado pela ordem abaixo indicada:

1.º A proposta que apresente um prazo de garantia superior;

2.º Caso o empate subsista, a proposta cujo prazo de entrega seja inferior;

3.º Caso o empate subsista, será adotado o método de sorteio de propostas nos termos previstos nos números seguintes, em data e hora a definir pela **FCT NOVA**.

2. Serão convidados a assistir ao sorteio, a realizar nas instalações da **FCT NOVA**, todos os concorrentes. Na impossibilidade de comparência de algum dos concorrentes, ou na eventualidade do sorteio não poder ser realizado presencialmente, por factos não imputáveis à **FCT NOVA**, será enviado endereço URL para realização do ato à distância, através de plataforma utilizada pela **FCT NOVA**.

3. O ato de sorteio será realizado nos termos definidos no **Anexo V** ao presente Concurso. O ato será praticado independentemente do número de concorrentes presentes. O sorteio será realizado pelos elementos que constituem o Júri.

## **SECÇÃO IV | ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

### **Artigo 19.º**

#### **Análise das propostas**

1. No dia útil imediatamente seguir ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri procede à publicitação, na plataforma eletrónica de contratação, da lista das propostas admitidas.

2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder, na plataforma de contratação, à consulta de todas as propostas apresentadas.

### **Artigo 20.º**

#### **Relatório Preliminar**

O Relatório preliminar é elaborado nos termos do disposto no artigo 146.º do CCP.

## **Artigo 21.º**

### **Audiência Prévia**

1. Elaborado o relatório preliminar previsto no artigo anterior, o Júri envia-o aos concorrentes, na plataforma eletrónica de contratação, para que estes se possam pronunciar, por escrito, em sede de audiência prévia, concedendo-lhes, para o efeito, o prazo de 5 (cinco) dias úteis.
2. Durante a fase de audiência prévia, todos os concorrentes têm acesso, através da plataforma eletrónica de contratação, às comunicações trocadas com os demais concorrentes pertinentes ao concurso e às propostas por estes apresentadas.

## **Artigo 22.º**

### **Relatório Final**

Ponderadas as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, caso existam, o Júri do Concurso elaborará um relatório final fundamentado, nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

## **SECÇÃO V | ADJUDICAÇÃO**

## **Artigo 23.º**

### **Dever de adjudicação**

A **FCT NOVA** deverá tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção de propostas.

## **Artigo 24.º**

### **Adjudicação em caso de agrupamento**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

## **Artigo 25.º**

### **Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a **FCT NOVA** notifica o Adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo seguinte.

3. As notificações referidas no número anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise de propostas e da minuta de contrato.

## **SECÇÃO VI | HABILITAÇÃO E CAUÇÃO**

### **Artigo 26.º**

#### **Documentos de habilitação**

1. O Adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:

a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente programa do concurso [cfr. Anexo II do CCP].

b) Seguintes documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, os quais deverão obedecer ao previsto no artigo 83.º-A do CCP:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

- Certificado de registo criminal da empresa;

- Certidão permanente da empresa - ou disponibilização do código de acesso para a consulta online, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 83.º do CCP, no n.º 5 do artigo 75.º do Código do Registo Comercial e no artigo 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro - com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

2. O Adjudicatário pode, em substituição da reprodução dos documentos referida no número anterior, indicar o sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa. Poderá ainda o

Adjudicatário prestar consentimento, nos termos da lei, para a consulta da informação relativa a qualquer destes documentos.

3. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, quando pela sua natureza ou origem, estejam redigidos numa outra língua.

4. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de 3 (três) dias úteis para a respetiva supressão.

#### **Artigo 27.º**

##### **Caução**

Não é exigida caução ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, podendo a **FCT NOVA** proceder à retenção prevista no n.º 3 do artigo 88.º do CCP

### **SECÇÃO VII | CONTRATO**

#### **Artigo 28.º**

##### **Aceitação da minuta do contrato**

1. A minuta do contrato é enviada para aceitação ao Adjudicatário, com a decisão de adjudicação.
2. A minuta considera-se aceite pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

#### **Artigo 29.º**

##### **Reclamações contra a minuta do contrato**

1. São admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base do concurso.
2. Em caso de reclamação, a **FCT NOVA** comunica ao Adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a rejeita se nada disser no referido prazo.

#### **Artigo 30.º**

##### **Celebração de Contrato escrito**

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de aceitação da respetiva minuta pelo Adjudicatário ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:



- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

## **SECÇÃO VIII | DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 31.º**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos estabelecidos no presente programa do concurso contam-se nos termos do artigo 470.º do CCP.

### **Artigo 32.º**

#### **Falsidade dos documentos e de declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos do procedimento penal, a falsificação de documentos ou prestação culposa de falsas declarações em propostas ou candidatura determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

### **Artigo 33.º**

#### **Prevalência**

Nos termos do n.º 6 do artigo 132.º do CCP, as normas do presente programa do concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes e, nos termos do artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do Concurso com elas desconformes.

### **Artigo 34.º**

#### **Despesas e encargos**

Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas.

### **Artigo 35.º**

#### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente documento aplica-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.

**Artigo 36.º**

**Foro competente**

O foro competente para a resolução de litígios relacionados com o presente Concurso é o Tribunal Administrativo da Comarca de Lisboa.